



PREFEITURA DE GUARULHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA II

(Conhecimentos Específicos)

INSPETOR FISCAL DE RENDAS VI

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

- 01.** De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Guarulhos, o tributo municipal que pode ser cobrado, quando o proprietário de imóvel urbano seja beneficiado em decorrência de obra pública, denomina-se
- (A) taxa.
 - (B) imposto de obra pública.
 - (C) contribuição de melhoria.
 - (D) IPTU progressivo.
 - (E) imposto social.
- 02.** Nos termos da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, compete ao Município instituir
- (A) imposto sobre a transmissão *inter-vivos*, a qualquer título, por ato gratuito, de bens imóveis.
 - (B) imposto sobre a transmissão *causa mortis* sobre bens imóveis.
 - (C) imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, incluindo óleo diesel.
 - (D) imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens móveis.
 - (E) taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- 03.** A empresa “ABC Ltda” é pessoa jurídica que atua no ramo de prestação de serviços de contabilidade. João, que é um dos seus sócios, decidiu incorporar ao patrimônio da empresa um imóvel de sua propriedade particular, e deverá formalizar essa transmissão, a título de integralização de capital da empresa, perante o Registro de Imóveis. Nessa situação, a Lei Orgânica do Município de Guarulhos dispõe que
- (A) João deverá recolher o imposto municipal de transmissão com a alíquota de 2% (dois por cento).
 - (B) a empresa “ABC Ltda” deverá recolher o imposto municipal de doação com a alíquota de 2% (dois por cento).
 - (C) João deverá recolher o imposto municipal de transmissão com a alíquota de 2,5% (dois e meio por cento).
 - (D) a empresa “ABC Ltda” deverá recolher o imposto municipal de doação com a alíquota de 4% (quatro por cento).
 - (E) não haverá incidência de imposto municipal sobre a operação realizada entre João e a empresa “ABC Ltda.”
- 04.** A respeito da planta genérica de valores dos imóveis, a Lei Orgânica do Município de Guarulhos estabelece que
- (A) ela deve conter, além de outros elementos, o custo de reprodução dos prédios para efeito de tributação.
 - (B) o Poder Legislativo tem a competência para promover a revisão dos seus valores.
 - (C) ela será submetida à Câmara Municipal por meio de decreto do Chefe do Executivo.
 - (D) os valores venais dos imóveis não guardam relação com os respectivos valores de mercado.
 - (E) ao Executivo é vedado atualizar o valor monetário da base de cálculo do imposto dos imóveis cujos valores já são por ela definidos.
- 05.** Nos termos do que reza a Lei Orgânica do Município de Guarulhos, a Câmara Municipal deverá deliberar a proposição orçamentária até o dia 15 de dezembro e, se rejeitado o projeto,
- (A) este deve retornar ao Poder Executivo para elaborar nova proposta em até trinta dias.
 - (B) os trabalhos legislativos ficarão suspensos até que nova proposta seja enviada para votação da Câmara.
 - (C) a Câmara deverá autorizar, por decreto legislativo, que o Poder Executivo utilize até cinquenta por cento do orçamento anterior.
 - (D) será promulgada a lei orçamentária anterior, monetariamente atualizada.
 - (E) ele será devolvido ao Poder Executivo, que deverá fazer as correções apontadas e enviar nova proposta para deliberação da Câmara.
- 06.** Os orçamentos das entidades, autarquias, fundações e sociedades de economia mista do Município, nos moldes da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, serão
- (A) publicados conjuntamente com o orçamento do Município.
 - (B) publicados como complemento do orçamento do Município.
 - (C) votados pela Câmara somente depois de aprovado o orçamento do Município.
 - (D) votados antes do orçamento do Município.
 - (E) apreciados e votados pela Câmara no prazo de 30 dias e não admitirão emendas parlamentares.

- 07.** Os pagamentos devidos pelo Município, decorrentes de decisões judiciais, conforme a Lei Orgânica do Município, far-se-ão por meio de
- (A) notas promissórias.
 - (B) precatórios.
 - (C) dotações orçamentárias.
 - (D) créditos fiscais.
 - (E) créditos especiais.
- 08.** Segundo a Lei Municipal nº 5.986/2003 (ISSQN), na hipótese de um contribuinte ter prestado serviço tributável pelo Município, mas não ter recebido o preço correspondente,
- (A) não incidirá o respectivo imposto.
 - (B) o imposto deverá ser recolhido quando houver o efetivo pagamento do serviço.
 - (C) haverá diferimento do imposto pelo prazo de trinta dias.
 - (D) incidirá o imposto, pois este independe do recebimento do preço.
 - (E) deverá ser recolhido o imposto com redução de cinquenta por cento da alíquota.
- 09.** Um contribuinte municipal presta diversos tipos de serviços que se enquadram em várias atividades previstas na lista do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Lei Municipal nº 5.986/2003 (ISSQN). Nessa hipótese, a referida Lei estabelece que
- (A) o imposto será calculado com base na atividade com incidência de maior alíquota.
 - (B) a base de cálculo do imposto será arbitrada por estimativa.
 - (C) haverá tantas incidências quantas forem as espécies de serviços.
 - (D) o imposto será cobrado com base na média mensal do valor do serviço.
 - (E) o imposto poderá ser recolhido com base no serviço que possuir a menor alíquota.
- 10.** Na hipótese de uma pessoa jurídica se utilizar de um serviço cujo prestador esteja obrigado a emitir nota fiscal, mas dele não exigir esse documento, a Lei Municipal nº 5.986/2003 (ISSQN) estabelece que a pessoa jurídica
- (A) será solidariamente obrigada ao recolhimento do imposto devido ao Município.
 - (B) ficará responsável pelo pagamento do imposto apenas se o contribuinte não o recolher no prazo devido.
 - (C) não poderá ser responsabilizado pelo pagamento do imposto devido, uma vez que não é contribuinte municipal.
 - (D) será responsável subsidiária pelo recolhimento do valor do imposto devido ao Município.
 - (E) será responsabilizada pela multa em razão do descumprimento de obrigação acessória, e o contribuinte, pelo imposto devido.
- 11.** Assinale a alternativa correta a respeito das penalidades previstas na Lei Municipal nº 5.986/2003 (ISSQN).
- (A) O pagamento efetuado na conformidade da Lei não implicará na desistência da impugnação e renúncia aos recursos eventualmente oferecidos.
 - (B) Em caso de reincidência das infrações, a multa será acrescida de 100% (cem por cento).
 - (C) O reincidente não poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.
 - (D) A denúncia espontânea só será aceita, no caso de infração administrativa, quando for comprovado pedido de parcelamento administrativo.
 - (E) Não se considera espontânea a denúncia feita depois do início do procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- 12.** Considerando o que dispõe a Lei nº 3.415/1988 (ITBI), assinale a alternativa correta a respeito do cálculo do imposto.
- (A) A base de cálculo do imposto é o valor de mercado dos bens ou direitos transmitidos, devidamente atualizado.
 - (B) Poderão ser abatidas do valor do bem as dívidas que onerem o imóvel transmitido, dentro dos limites estabelecidos na Lei.
 - (C) Nas cessões de direitos à aquisição, será deduzido da base de cálculo o valor ainda não pago pelo cedente.
 - (D) Na apuração do valor do bem transmitido, não será considerado o valor das benfeitorias e construções nele incorporadas.
 - (E) Para efeito de recolhimento do imposto, não poderá ser utilizado o valor constante da escritura ou instrumento particular de transmissão ou cessão.

- 13.** Determinado contribuinte domiciliado em Guarulhos celebrou um compromisso de compra e venda de imóvel localizado no Município e protocolou pedido de parcelamento do ITBI perante a Prefeitura, tendo recolhido 5 (cinco) parcelas do débito. No entanto, antes da transcrição do negócio no Cartório de Registro de Imóveis, as partes rescindiriam o negócio, não se concretizando a transferência de propriedade do bem. Nessa hipótese, segundo dispõe a Lei Municipal nº 3.415/1988, é correto afirmar que
- (A) o parcelamento fica cancelado, desde que seja juntado o distrato do compromisso de compra e venda, tendo o contribuinte direito ao ressarcimento das parcelas pagas.
 - (B) o contribuinte poderá requerer o cancelamento do parcelamento, juntando a certidão do competente Tabelionato de Notas, constando que a escritura não foi lavrada, e terá direito à restituição dos valores pagos, que deve ser requerida no ato do pedido de cancelamento.
 - (C) o contribuinte poderá interromper o pagamento do parcelamento, bastando informar, por meio de declaração escrita e por ele assinada, a não realização do negócio, e requerer a restituição dos valores pagos, que serão devolvidos ao contribuinte após o prazo final do parcelamento.
 - (D) o parcelamento pode ser cancelado a pedido do contribuinte, que deve juntar declaração das partes que celebraram o respectivo contrato, comprovando a rescisão contratual, mediante a qual terá direito à devolução das parcelas pagas dentro do prazo máximo de seis meses da data do protocolo.
 - (E) o contribuinte deverá continuar a pagar o parcelamento até que a rescisão do compromisso de compra e venda seja reconhecida por decisão judicial, que, após o trânsito em julgado, dará direito ao contribuinte de pedir a devolução das parcelas pagas.
- 14.** A Lei Municipal nº 3.415/1988 estabelece que o cálculo do ITBI deve utilizar, como base de cálculo, o valor constante da escritura ou instrumento particular de transmissão ou cessão e, em nenhuma hipótese, esse valor poderá ser inferior ao valor venal do imóvel utilizado, no exercício, para efeito de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), atualizado monetariamente. Nesse sentido, em caso de incorreção de lançamento do IPTU, que serviu de base de cálculo nessa hipótese, essa mesma Lei dispõe que
- (A) o Fisco Municipal poderá rever, de ofício, os valores recolhidos a título de Imposto de Transmissão.
 - (B) o Município deverá postular a revisão judicial do valor do Imposto de Transmissão.
 - (C) a revisão do valor do IPTU necessita ser feita judicialmente pelo contribuinte.
 - (D) o Fisco Municipal deverá compensar o valor do Imposto de Transmissão pago a maior, se for o caso, no ano seguinte.
 - (E) o contribuinte poderá abater o valor do Imposto de Transmissão pago a maior, se for o caso, com o valor devido do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- 15.** Artaxerxes é proprietário de dois imóveis localizados na zona urbana do Município de Guarulhos nos quais, comprovadamente, exerce atividade de exploração agrícola e pecuária em ambos. Nessa situação, segundo o disposto na Lei Municipal nº 6.793/2010 (IPTU), é correto afirmar que Artaxerxes
- (A) não sofrerá a incidência do IPTU sobre os dois imóveis.
 - (B) sofrerá a incidência do IPTU apenas sobre o imóvel de maior valor.
 - (C) sofrerá a incidência do IPTU, igualmente, sobre os dois imóveis.
 - (D) terá desconto de 50% (cinquenta por cento) do IPTU sobre os dois imóveis.
 - (E) terá desconto de 50% (cinquenta por cento) do IPTU sobre o imóvel de menor valor.
- 16.** Para o efeito da isenção concedida em função do valor do imóvel de que trata a Lei Municipal nº 6.793/2010, os imóveis que possuam garagens registradas em matrícula diversa
- (A) terão afastada a qualificação de um único imóvel para efeitos de limite de isenção tributária.
 - (B) não terão afastada a qualificação de um único imóvel, e não terão seu valor somado ao do respectivo imóvel residencial para efeito de limite da isenção.
 - (C) serão considerados isoladamente como imóveis de um único proprietário, e a isenção legal incidirá sobre o de menor valor.
 - (D) não terão afastada a qualificação de um único imóvel, contudo terão seu valor somado ao do respectivo imóvel residencial para efeito de limite da isenção.
 - (E) serão considerados, isoladamente, como imóveis de um único proprietário, e a isenção legal incidirá sobre o de maior valor.
- 17.** Segundo a Lei Municipal nº 6.793/2010, os imóveis localizados nas vias públicas, onde são realizadas feiras livres ou comboios, no âmbito no Município de Guarulhos,
- (A) não darão direito a desconto sobre o valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
 - (B) ensejarão isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU ao seu proprietário.
 - (C) darão imunidade tributária ao seu proprietário com relação à incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
 - (D) darão direito ao seu proprietário de um desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor anual do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
 - (E) darão direito ao seu proprietário de um desconto de 20% (vinte por cento) no valor anual do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

- 18.** Como regra geral, as impugnações contra lançamentos do IPTU, nos termos da Lei Municipal nº 6.793/2010,
- (A) serão conhecidas com efeito suspensivo e deverão ser apresentadas até o último dia útil de janeiro do ano do lançamento do imposto.
 - (B) não terão efeito suspensivo e deverão ser apresentadas até o vencimento da primeira parcela.
 - (C) serão conhecidas com efeito suspensivo e deverão ser apresentadas até o vencimento da primeira parcela.
 - (D) não terão efeito suspensivo e deverão ser apresentadas até o último dia útil de janeiro do ano do lançamento do imposto.
 - (E) terão que ser efetivadas perante o Poder Judiciário, para que tenham efeito suspensivo.
- 19.** Segundo a Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, com relação às exportações de serviços para o exterior do País,
- (A) incidirá o imposto com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre a alíquota normal.
 - (B) o serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do domicílio do prestador.
 - (C) deverão receber incentivos fiscais dos Municípios que instituírem o imposto.
 - (D) somente incidirá o imposto se a prestação envolver fornecimento de mercadorias.
 - (E) não incidirá o imposto.
- 20.** Assinale a alternativa que contempla um tipo de pessoa jurídica que pode se enquadrar nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nessa Lei, desde que atenda aos demais requisitos legais.
- (A) Constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - (B) Constituída sob a forma de cooperativa de consumo.
 - (C) De cujo capital participe outra pessoa jurídica.
 - (D) Filial, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
 - (E) Que exerça atividade de sociedade de crédito.
- 21.** Quanto aos valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a Lei Complementar nº 123/2006 estabelece que
- (A) são isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, incluindo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
 - (B) terão alíquota reduzida do imposto de renda, na fonte, e na declaração de ajuste do beneficiário, incluindo os que correspondem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
 - (C) são isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
 - (D) ficarão sujeitos ao recolhimento do imposto de renda, mas poderão ter isenção quanto aos valores percebidos a título de pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
 - (E) são considerados rendimentos tributáveis pelo imposto de renda, mas aqueles que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados poderão ter alíquota reduzida.
- 22.** Nos termos da Resolução do CGSN nº 140/2017 (Simples Nacional), é correto afirmar que, para os efeitos da Resolução, são considerados componentes da Receita Bruta:
- (A) as verbas de patrocínio.
 - (B) as vendas de bens do ativo imobilizado.
 - (C) os juros moratórios auferidos em decorrência do atraso no pagamento de operações ou prestações.
 - (D) os rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável.
 - (E) as remessas de amostra grátis.
- 23.** Apolo é residente em Guarulhos e exerce atividade enquadrada nos termos da Lei Municipal nº 5.767/2001, que institui a Taxa de Fiscalização de Instalação, Localização e Funcionamento e a Taxa de Fiscalização de Publicidade. Em janeiro de 2017, Apolo veio a cometer uma infração prevista na referida Lei e, em fevereiro de 2019, ele acabou por violar a mesma regra. Nessa hipótese, portanto, Apolo
- (A) será considerado reincidente e ficará sujeito à respectiva multa acrescida de 50% (cinquenta por cento).
 - (B) não será considerado reincidente e ficará sujeito à mesma multa prevista pela respectiva infração.
 - (C) será considerado reincidente e ficará sujeito à respectiva multa acrescida de 100% (cem por cento).
 - (D) não será considerado reincidente, mas além da multa aplicável à infração, terá suas atividades suspensas.
 - (E) será considerado reincidente, ficará sujeito à respectiva multa no valor dobrado e ainda terá cassada a licença de sua atividade.

24. Assinale a alternativa que está em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 7.345/2014, que trata da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP).
- (A) A COSIP incidirá sobre os beneficiários da prestação do serviço de iluminação pública no território do Município, incluindo órgãos públicos do Estado e da União.
 - (B) O valor da COSIP será reajustado, anualmente, de acordo com os índices de reajuste aplicáveis ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
 - (C) Terão alíquota reduzida da COSIP os beneficiários cadastrados no Programa Bolsa Família e os consumidores da tarifa social de energia elétrica.
 - (D) A determinação da classe do consumidor de energia elétrica, para efeito de enquadramento das faixas de consumo sujeitas à COSIP, obedecerá à Lei Municipal.
 - (E) Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato ou convênio com a concessionária de distribuição de energia elétrica para cobrança da COSIP.
25. A abertura de crédito extraordinário, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Guarulhos,
- (A) poderá ser realizada livremente, a critério do Chefe do Poder Executivo.
 - (B) será admitida quando necessária para cobrir desequilíbrio do Caixa do Município.
 - (C) não será admitida em nenhuma hipótese.
 - (D) somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes.
 - (E) destina-se ao pagamento de serviços públicos relevantes quando não houver recursos regulares disponíveis.

AUDITORIA

26. O auditor externo
- (A) pode ter vínculo empregatício com a empresa auditada.
 - (B) tem menor grau de independência que o auditor interno.
 - (C) deve emitir opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis.
 - (D) realiza auditoria tanto contábil como operacional.
 - (E) não precisa ter registro no CRC, mas deve ter formação de contador.
27. O procedimento de auditoria que envolve a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente desenvolvidos pelo controle interno da empresa é denominado
- (A) confirmação.
 - (B) reexecução.
 - (C) inspeção.
 - (D) observação.
 - (E) indagação.

28. Com relação aos papéis de trabalho, é correto afirmar que
- (A) devem ser escriturados à tinta.
 - (B) não podem ser escriturados eletronicamente.
 - (C) devem ser utilizados em apenas um exercício social.
 - (D) não é permitido o uso de símbolos de identificação (tiques).
 - (E) devem ser codificados.
29. A evidência obtida pela comprovação da existência real de ativos e passivos financeiros, recursos humanos, instalações, entre outros, é denominada evidência
- (A) física.
 - (B) documental.
 - (C) analítica.
 - (D) por confirmação.
 - (E) testemunhal.
30. O planejamento de auditoria envolve a definição da estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria.
- A respeito desse assunto, é correto afirmar que
- (A) a estratégia global deve ser mais detalhada que o plano de auditoria.
 - (B) a estratégia global deve incluir a natureza, a época e a extensão dos procedimentos.
 - (C) os membros-chave da equipe de trabalho não devem ser incluídos na elaboração do plano de auditoria.
 - (D) a estratégia global deve orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.
 - (E) o auditor não deve discutir elementos do plano de auditoria com a administração da empresa auditada.
31. A informação, para ser relevante, deve ter valor quando utilizada como dado de entrada para inferir futuros resultados ou quando serve para alterar, ou não, as avaliações prévias. Esses dois valores são denominados, respectivamente:
- (A) preditivo e corretor.
 - (B) corretor e preditivo.
 - (C) confirmatório e preditivo.
 - (D) introdutório e confirmatório.
 - (E) preditivo e confirmatório.
32. Quanto aos tipos de riscos de auditoria, é correto afirmar que
- (A) o risco de detecção independe da ação do auditor.
 - (B) o risco de controle está ligado ao grau de eficácia dos procedimentos conduzidos pelo auditor.
 - (C) o risco inerente é um risco próprio da natureza da atividade em questão.
 - (D) o risco de controle é o risco de o auditor não detectar um erro ou fraude.
 - (E) o risco de detecção se divide em risco de controle e risco inerente.

- 33.** No que se refere aos princípios fundamentais subjacentes aos componentes de controle interno, o Ambiente de Controle compreende a avaliação, entre outras, de que a organização
- (A) tem compromisso com a integridade e os valores éticos.
 - (B) considera o potencial de fraude para avaliação dos riscos.
 - (C) seleciona e desenvolve atividades de controle sobre as inovações tecnológicas.
 - (D) obtém (ou gera) e usa informações de qualidade.
 - (E) avalia e comunica as deficiências do controle interno em tempo hábil.
- 34.** A documentação de auditoria resulta de documentos preparados pelo auditor, fornecidos a ele pela administração, ou fornecidos por terceiros. Um exemplo de cada um desses tipos de documentos é, respectivamente:
- (A) tabelas, anotações e gráficos.
 - (B) relatórios, balancetes e cartas de confirmação.
 - (C) cartas de confirmação, contratos e respostas a indagações.
 - (D) contratos, balancetes e atas.
 - (E) relatórios, anotações e contratos.
- 35.** São características da amostragem estatística:
- (A) seleção da amostra a critério do auditor.
 - (B) inexistência de risco de amostragem.
 - (C) seleção da amostra com base no conhecimento da empresa a ser auditada.
 - (D) uso da teoria de probabilidades para avaliar os resultados.
 - (E) seu uso é indicado quando a população a ser auditada é pequena.
- 36.** Entre as Técnicas de Auditoria Auxiliada por Computadores (TAACs), existe aquela em que o auditor utiliza as informações do sistema para mapear e construir os passos a serem simulados em outra ferramenta a fim de chegar ao mesmo resultado do sistema. Essa técnica é denominada
- (A) *software* de auditoria adaptado.
 - (B) *software* especializado de auditoria.
 - (C) simulação em paralelo.
 - (D) testes integrados.
 - (E) auditoria algorítmica.
- 37.** Se as distorções existentes nas demonstrações são relevantes, mas não generalizadas, o parecer do auditor deve ser
- (A) sem ressalva.
 - (B) com ressalva.
 - (C) adverso.
 - (D) favorável.
 - (E) com abstenção de opinião.
- 38.** São exemplos de erro e fraude, respectivamente:
- (A) erros aritméticos e alteração de registros.
 - (B) erros aritméticos e interpretação errada das variações patrimoniais.
 - (C) aplicação incorreta das normas contábeis e interpretação errada das variações patrimoniais.
 - (D) omissão intencional nas demonstrações contábeis e alteração de registros.
 - (E) alteração de registros e interpretação errada das variações patrimoniais.
- 39.** No que se refere à auditoria em ativos de maior liquidez, o procedimento que consiste em verificar as transações registradas pela empresa e não registrada pelos bancos e vice-versa é denominado
- (A) contagem de caixa.
 - (B) confirmação de saldos bancários.
 - (C) corte de cheques.
 - (D) teste de conciliações bancárias.
 - (E) teste das transferências bancárias.
- 40.** O procedimento de auditoria na área de resultado denominado estudo e avaliação do controle interno e teste de procedimento consiste em
- (A) avaliar procedimentos com efeitos simultâneos no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo de Resultados.
 - (B) estudar e analisar o comportamento das receitas, custos e despesas.
 - (C) averiguar se os saldos existentes na contabilidade conferem com os dos extratos bancários.
 - (D) confirmar diretamente do devedor sobre os saldos em aberto.
 - (E) avaliar os ciclos de vendas, de compras e de folha.

CONTABILIDADE GERAL

Considere os dados a seguir para responder às questões de números 41 e 42.

Uma entidade comercial apresentou Demonstrações Contábeis referentes a 2018.

Sabe-se que, no período, a entidade vendeu um terreno por R\$ 42.000,00 e adquiriu uma nova propriedade por R\$ 35.000,00 e que ambas transações foram realizadas em dinheiro.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2018			VARIAÇÃO (SALDO EM 2018 – SALDO EM 2017)
Ativo	2017	2018	
Caixa	89.000,00	22.000,00	-67.000,00
Bancos	34.000,00	123.000,00	89.000,00
Seguros antecipados	1.200,00	12.000,00	10.800,00
Estoques	70.000,00	47.000,00	-23.000,00
Propriedades para investimento	35.000,00	70.000,00	35.000,00
Máquinas e Equipamentos	11.000,00	11.000,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada	-2.200,00	-3.300,00	-1.100,00
Terrenos	60.000,00	20.000,00	-40.000,00
Total	298.000,00	301.700,00	
Passivo e Patrimônio Líquido			
Fornecedores	20.000,00	0,00	-20.000,00
Impostos a pagar	5.600,00	7.600,00	2.000,00
Dividendos a pagar	0,00	2.280,00	2.280,00
Capital	269.000,00	283.100,00	14.100,00
Reservas de lucros	3.400,00	8.720,00	5.320,00
Total	298.000,00	301.700,00	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2018	
Receita Líquida	100.000,00
(-) Custo da Mercadoria Vendida	-78.650,00
(=) Resultado Bruto	21.350,00
(-) Despesas com seguros	-1.200,00
(-) Despesa com depreciação	-1.100,00
(+) Ganho na venda de terrenos	2.000,00
(=) Resultado antes do IR e da CSLL	21.050,00
(-) Despesa com IR e CSLL	-13.450,00
(=) Resultado Líquido	7.600,00

41. As atividades operacionais da entidade, conforme Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) pelo método indireto,

- (A) consumiram R\$ 300,00 em caixa e equivalentes.
- (B) consumiram R\$ 900,00 em caixa e equivalentes.
- (C) geraram R\$ 300,00 em caixa e equivalentes.
- (D) geraram R\$ 900,00 em caixa e equivalentes.
- (E) geraram R\$ 1.700,00 em caixa e equivalentes.

42. Assinale a alternativa correta sobre a entidade comercial em 2018.
- (A) Adquiriu apólice de seguros por R\$ 10.800,00.
- (B) Apresentou variação de caixa e equivalentes de caixa negativa.
- (C) Gerou caixa e equivalentes no valor de R\$ 22.000,00.
- (D) Integralizou, em 2018, capital com máquinas no valor de R\$ 11.000,00.
- (E) Pagou dividendos no valor de R\$ 5.320,00 em 2018.

Considere os dados a seguir para responder às questões de números 43 e 44.

Uma entidade apresentou o seguinte Balancete de Verificação:

CONTAS	SALDO
BANCOS	56.700,00
CAPITAL SOCIAL	104.268,00
CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA	67.800,00
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	2.000,00
DESPEZA COM IR E CSLL	12.345,00
DESPEZA COM PECLD	567,00
DESPEZA COM SALÁRIOS	25.600,00
DESPEZA COM VENDAS	2.300,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.230,00
DUPLICATAS A RECEBER – CP	23.450,00
EMPRÉSTIMOS – LP	26.780,00
ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR – LP	5.890,00
FORNECEDORES	27.900,00
IMPOSTOS A RECOLHER	4.000,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	3.600,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	40.900,00
MERCADORIAS PARA REVENDA	82.286,00
PERDA ESTIMADA DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PECLD – CP	2.400,00
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	35.000,00
RECEITA LÍQUIDA	134.600,00
RESERVA DE LUCROS	15.220,00
RESULTADO FINANCEIRO POSITIVO	9.800,00
SALÁRIOS A PAGAR	30.700,00

43. O resultado do período totalizou, em R\$:

- (A) 29.458,00.
- (B) 34.558,00.
- (C) 40.113,00.
- (D) 50.358,00.
- (E) 101.358,00.

44. O ativo circulante da entidade no período apresentou o valor, em R\$, de:

- (A) 163.636,00.
- (B) 164.036,00.
- (C) 168.436,00.
- (D) 181.350,00.
- (E) 186.150,00.

45. A Cia G influencia significativamente na gestão da Cia K e possui 60% do seu capital. Sabe-se que a K declarou lucro líquido no valor de R\$ 670.000,00 em 2018 e irá distribuir 30% deste lucro na forma de dividendos. Baseado nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) A Cia G deverá reconhecer em suas demonstrações contábeis uma receita de equivalência patrimonial no valor de R\$ 201.000,00.
- (B) A Cia G deverá reconhecer um aumento no seu ativo no valor de R\$ 268.000,00 em virtude da participação dos não controladores.
- (C) A Cia G reconhecerá um aumento no seu ativo investimentos, em contrapartida à receita de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 402.000,00.
- (D) A Cia K apresentará um aumento no valor de R\$ 469.000,00 em reservas de capital em razão dos lucros não distribuídos.
- (E) A Cia K deve reconhecer um ativo não circulante no valor de R\$ 120.600,00 em virtude da declaração de dividendos.

46. Uma entidade prestadora de serviços gerais adquiriu um carro para uso em suas atividades, à vista, no valor de R\$ 56.700,00. A entidade compradora contratou um caminhão cegonha no valor de R\$ 3.600,00 para que o carro pudesse ser colocado em uso na cidade onde realiza suas atividades operacionais.

Sabe-se que o valor residual do carro é de R\$ 5.670,00 e que a sua vida útil é de 10 anos. A entidade reconheceu, em suas demonstrações contábeis anuais,

- (A) um estoque de carros no valor de R\$ 60.300,00.
- (B) uma despesa com frete no valor de R\$ 3.600,00.
- (C) uma despesa de ajuste a valor recuperável no valor de R\$ 5.103,00.
- (D) uma despesa de depreciação no valor de R\$ 5.463,00.
- (E) uma dívida com fornecedores no valor de R\$ 56.700,00.

47. A Cia W apresentou os seguintes saldos em suas contas patrimoniais:

CONTA	SALDO (EM R\$)
Reserva Estatutária	3.500,00
Reserva Legal	5.600,00
Alienação de partes beneficiárias	6.700,00
Gastos na emissão de ações	7.800,00
Capital social	100.000,00
Alienação de bônus de subscrição	7.800,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.345,00

Os saldos das contas Reserva de Capital e Reservas de Lucros são, em R\$, respectivamente:

- (A) 14.500,00 e 11.445,00.
- (B) 14.500,00 e 9.100,00.
- (C) 6.700,00 e 9.100,00.
- (D) 7.800,00 e 11.445,00.
- (E) 7.800,00 e 9.100,00.

48. Assinale a alternativa correta.

- (A) As contas de receita e patrimônio líquido são exemplos de contas de resultado.
- (B) As contas de ganhos e perdas são exemplos de contas patrimoniais.
- (C) A conta mercadorias para revenda é uma conta de passivo circulante.
- (D) A conta fornecedores é uma conta de passivo circulante.
- (E) A conta de seguros antecipados é uma conta de ativo intangível.

49. De acordo com a Estrutura Conceitual (Resolução CFC nº 1.374/2011), são características fundamentais da informação contábil-financeira:

- (A) Relevância e representação fidedigna.
- (B) Relevância e compreensibilidade.
- (C) Regime de competência e relevância.
- (D) Regime de competência e consistência.
- (E) Comparabilidade e verificabilidade.

50. Uma entidade assinou um contrato de aluguel em 02.01.2019, com vigência por 36 meses a partir da data da sua assinatura, no valor de R\$ 90.000,00. Sabe-se que o pagamento à imobiliária foi contratado em três parcelas mensais e iguais, sendo a primeira paga na data da assinatura do contrato e as outras duas nos dias 02.02.2019 e 02.03.2019.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento das transações referentes ao mês de fevereiro de 2019.

- (A) D: Aluguéis antecipados R\$ 90.000,00
C: Bancos R\$ 30.000,00
C: Aluguéis a pagar R\$ 60.000,00
(pela assinatura do contrato de aluguel e pagamento de parcela)

D: Despesa com aluguel R\$ 2.500,00
C: Aluguéis antecipados R\$ 2.500,00
(pela apropriação da parcela mensal)
- (B) D: Despesa com aluguel R\$ 2.500,00
C: Aluguéis antecipados R\$ 2.500,00
(pela apropriação da parcela mensal)

D: Aluguéis a pagar R\$ 60.000,00
C: Bancos R\$ 60.000,00
(pelo pagamento da parcela)
- (C) D: Despesa com aluguel R\$ 2.500,00
C: Aluguéis a pagar R\$ 2.500,00
(pela apropriação da parcela mensal)

D: Bancos R\$ 30.000,00
C: Aluguéis antecipados R\$ 30.000,00
(pelo pagamento da parcela)
- (D) D: Despesa com aluguel R\$ 2.500,00
C: Aluguéis antecipados R\$ 2.500,00
(pela apropriação da parcela mensal)

D: Aluguéis a pagar R\$ 60.000,00
C: Bancos R\$ 30.000,00
C: Aluguéis antecipados R\$ 30.000,00
(pelo pagamento da parcela)
- (E) D: Despesa com aluguel R\$ 2.500,00
C: Aluguéis antecipados R\$ 2.500,00
(pela apropriação da parcela mensal)

D: Aluguéis a pagar R\$ 30.000,00
C: Bancos R\$ 30.000,00
(pelo pagamento da parcela)

51. A competência para instituir impostos não cumulativos e que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal, mediante lei complementar, é chamada de competência tributária

- (A) extraordinária concorrente de todos os entes da Federação.
- (B) plena dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (C) excepcional da União, exercida em caso de guerra externa ou sua iminência.
- (D) ordinária de todos os entes da Federação.
- (E) residual da União.

52. O princípio da capacidade contributiva

- (A) veda a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico regional.
- (B) determina que todos tributos atendam às condições sociais e econômicas do contribuinte.
- (C) não se aplica ao Imposto de Importação de Produtos Estrangeiros, ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- (D) não se aplica às contribuições de melhoria.
- (E) deve considerar a totalidade da carga tributária suportada pelo contribuinte, no mesmo exercício fiscal, inclusive contribuições parafiscais.

53. A imunidade recíproca, prevista na Constituição Federal,

- (A) não alcança autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (B) alcança os serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados prestados por empresas estatais.
- (C) alcança os serviços em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
- (D) exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
- (E) não alcança taxas, contribuições de melhoria e contribuições sociais.

54. De acordo com a Constituição Federal, em relação ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), cabe à lei complementar

- (A) conceder e revogar isenções, incentivos e benefícios fiscais.
- (B) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa de serviços para outro Município e exportação para o exterior.
- (C) dispor sobre substituição tributária.
- (D) excluir da sua incidência exportações de serviço para o exterior.
- (E) definir seus contribuintes e disciplinar o regime de compensação do imposto.

55. Considere a seguinte situação hipotética: A empresa “Transportando Pessoas XPTO S/A”, prestadora de serviço de transporte coletivo municipal de trabalhadores, na modalidade fretamento contínuo, é responsável por transportar empregados de companhia sediada na região central do município residentes nos bairros periféricos. De acordo com a legislação em vigor, essa empresa

- (A) poderá ser optante do Simples Nacional, independentemente de se enquadrar no conceito legal de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- (B) não poderá ser optante do Simples Nacional, em razão da sua forma de constituição.
- (C) poderá usufruir dos benefícios tributários do Simples Nacional, ainda que não seja optante, em razão da natureza do serviço prestado.
- (D) poderá usufruir apenas dos benefícios não tributários do Simples Nacional, mesmo que seja optante.
- (E) não poderá ser optante do Simples Nacional, porque não realiza transporte de estudantes de baixa renda.

56. A obrigação tributária acessória

- (A) surge com a ocorrência do fato gerador e tem como objeto o pagamento de penalidade pecuniária.
- (B) extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (C) decorre da legislação tributária e tem como objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação.
- (D) pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à multa e aos juros incidentes sobre o tributo.
- (E) tem como fato gerador a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, presumindo a existência de uma obrigação principal.

- 57.** Na hipótese de o contribuinte ou responsável deixar de eleger seu domicílio tributário, de acordo com o Código Tributário Nacional, considera-se como tal
- (A) o lugar de cada estabelecimento, no caso de pessoa jurídica de direito privado, em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
 - (B) a residência habitual, em se tratando de empresário individual.
 - (C) o lugar da sede, no caso de pessoa jurídica de direito público.
 - (D) o lugar arbitrado pela Fazenda Pública, de acordo com a conveniência da atividade fiscalizatória.
 - (E) o centro habitual da atividade, no caso de microempresendedor individual.
- 58.** A responsabilidade por infrações da legislação tributária
- (A) é excluída pela denúncia espontânea, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.
 - (B) é excluída pela denúncia espontânea ocorrida após o início de medida de fiscalização relacionada à infração.
 - (C) é excluída nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, regularmente declarados, mas pagos a destempo.
 - (D) depende, para sua caracterização, da intenção do agente ou do responsável, e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
 - (E) é pessoal do agente, inclusive nos casos em que a infração for praticada no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego.
- 59.** Manuel, sobrinho de José, adquiriu, em alienação judicial ocorrida no bojo de processo falimentar, estabelecimento comercial de propriedade de seu tio e, após uma reforma no espaço físico que durou três meses, retomou a atividade no mesmo ramo de comércio. José, por seu turno, mudou-se de país, não mais se tendo notícias de seu paradeiro. Nessa hipótese, os débitos tributários do estabelecimento comercial existentes até a data da transferência de titularidade são de responsabilidade
- (A) do alienante José, integralmente.
 - (B) do adquirente Manuel, integralmente.
 - (C) do adquirente Manuel e, subsidiariamente, do alienante José.
 - (D) do adquirente Manuel e do alienante José solidariamente.
 - (E) da massa falida, exclusivamente.
- 60.** O crédito tributário
- (A) decorre das obrigações principal e acessória e tem a mesma natureza jurídica da obrigação acessória.
 - (B) regularmente constituído é excluído ou tem sua exigibilidade suspensa nos casos previstos em lei, decreto ou portaria do sujeito ativo.
 - (C) pode ter a responsabilidade pelo seu pagamento atribuída a terceira pessoa, ainda que sem vínculo com o fato gerador, para facilitar a fiscalização.
 - (D) pode ser judicialmente cobrado no prazo de até cinco anos, contado da data da sua constituição definitiva.
 - (E) regularmente constituído faz presumir fraudulentos os atos preparatórios de alienação de bens, pelo sujeito passivo.
- 61.** A modalidade de lançamento que ocorre com base nas informações prestadas à autoridade administrativa sobre matéria de fato, pelo sujeito passivo ou terceiro, sem efetiva participação do fisco é
- (A) de ofício.
 - (B) por homologação.
 - (C) por declaração.
 - (D) por infração.
 - (E) denúncia espontânea.
- 62.** O tributo incidente na fonte sobre renda e proventos de qualquer natureza por autarquia municipal constitui
- (A) imposto de competência municipal, cujo produto da arrecadação pertence à União.
 - (B) contribuição previdenciária, de competência federal, cujo produto da arrecadação pertence ao município.
 - (C) taxa de competência municipal, cujo produto da arrecadação pertence ao próprio município.
 - (D) imposto de competência federal, cujo produto da arrecadação pertence ao município.
 - (E) imposto de competência estadual, cujo produto da arrecadação pertence ao município.

- 63.** Mário recebeu notificação para recolhimento do IPTU incidente sobre imóvel de sua propriedade, no qual realizou, no exercício anterior, reforma que culminou na ampliação da área construída, não tendo ainda adotado as providências necessárias para atualização da Ficha Cadastral do mesmo imóvel. Na hipótese de a fiscalização constatar, no exercício em curso, a omissão do contribuinte
- (A) não será possível rever o ato de lançamento no mesmo exercício, porque se trata de lançamento de ofício.
 - (B) não será possível rever o ato de lançamento no mesmo exercício, porque se trata de modificação introduzida posteriormente à ocorrência do fato gerador.
 - (C) deverá rever de ofício o ato de lançamento, em razão da constatação posterior de fato desconhecido por ocasião do lançamento tributário.
 - (D) deverá rever judicialmente o ato de lançamento, ajuizando ação de execução fiscal.
 - (E) deverá instaurar processo administrativo de fiscalização para apuração de ilícito praticado pelo contribuinte.
- 64.** Constituem causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário
- (A) a moratória e o parcelamento.
 - (B) o depósito do seu montante integral e a compensação.
 - (C) a concessão de liminar em mandado de segurança e a conversão de depósito em renda.
 - (D) a interposição de recurso em processo tributário administrativo e a remissão.
 - (E) a concessão de tutela antecipada em ação anulatória de débito e a transação.
- 65.** O erro na determinação da alíquota aplicável do qual resulte pagamento a maior de tributo devido
- (A) gera, automaticamente, crédito para o contribuinte efetuar a compensação nas operações subsequentes, da mesma natureza.
 - (B) constitui pagamento indevido, que gera direito ao sujeito passivo, independentemente de prévio protesto, a restituir o indébito, seja qual for a modalidade do seu pagamento.
 - (C) constitui o sujeito ativo em mora, fazendo incidir juros sobre os valores recolhidos a maior, até a data da sua restituição.
 - (D) caracteriza pagamento espontâneo e constitui hipótese de exclusão do crédito tributário.
 - (E) constitui indébito tributário, que gera crédito ao sujeito passivo ou a quem comprovadamente suportou o encargo financeiro, se o pagamento tiver ocorrido em moeda corrente, cheque ou estampilha.
- 66.** A divulgação ou o compartilhamento, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades
- (A) é vedada se solicitada para instruir processo em trâmite no órgão ou entidade solicitante, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de ilícito administrativo.
 - (B) é vedada em caso de parcelamento ou moratória.
 - (C) é permitida se requisitada por autoridade judiciária, no interesse da justiça.
 - (D) é permitida, a todos os entes federados, na forma como estabelecido em tratado, acordo ou convênio com Estados estrangeiros, com o objetivo de investigar o sujeito passivo por prática de crime.
 - (E) é permitida entre as Fazendas Públicas de forma mútua, para fiscalização dos respectivos tributos e permuta de informações, independentemente da celebração de convênio ou outro instrumento de cooperação.
- 67.** De acordo com o Código Tributário Nacional,
- (A) a solidariedade pelo pagamento do débito tributário não comporta benefício de ordem.
 - (B) são solidariamente obrigadas as pessoas expressamente indicadas no auto de infração e imposição de multa, lavrado pela autoridade competente.
 - (C) o pagamento efetuado por um dos devedores solidários aproveita apenas as pessoas expressamente indicadas pelo obrigado solvente.
 - (D) a interrupção da decadência em favor ou contra um dos obrigados solidários favorece os demais, mas não os prejudica.
 - (E) a exclusão do crédito tributário exonera apenas os solidariamente obrigados pessoalmente indicados por aquele que efetuou o pagamento, independentemente da existência de saldo devedor.
- 68.** A analogia, no direito tributário, é
- (A) método de integração da legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.
 - (B) método de interpretação da legislação tributária, não podendo acarretar exigência de tributo não previsto em lei.
 - (C) método de preenchimento de lacunas normativas relativas a definição, conteúdo e alcance dos efeitos tributários.
 - (D) garantia fundamental do contribuinte, devendo ser empregada pela fiscalização da maneira mais favorável ao sujeito passivo tributário.
 - (E) princípio constitucional interpretativo que, em conjunto com a equidade, pode resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

69. A cobrança judicial do crédito tributário

- (A) tem as garantias previstas no Código Tributário Nacional de forma taxativa.
- (B) pode estender-se à totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou massa falida, excluídos apenas os gravados com cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.
- (C) pode acarretar a indisponibilidade da totalidade dos bens e rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou massa falida, inclusive os de seus sucessores legais.
- (D) do município, em regra, impede que o devedor celebre contrato ou participe de processo de licitação com a União ou Estados e Distrito Federal, independentemente de o crédito tributário referir-se à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- (E) sujeita-se a concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público, sucessivamente, União, Estados e Distrito Federal, e Municípios, conjuntamente e pró-rata.

70. De acordo com a Constituição Federal, é vedado à União

- (A) conceder incentivos fiscais destinados a promover o desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País, em respeito ao princípio da isonomia.
- (B) tributar a remuneração e os proventos dos agentes públicos estaduais, distritais e municipais em níveis inferiores aos que fixar para seus agentes, em respeito ao princípio da isonomia.
- (C) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (D) instituir tributo uniforme em todo o território nacional em razão do seu dever de eliminar desigualdades regionais.
- (E) instituir isenções de tributos de competência dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

DIREITO CONSTITUCIONAL

71. Nos termos estritos da Constituição Federal, são brasileiros natos os

- (A) estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de vinte e cinco anos ininterruptos.
- (B) nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- (C) que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa residência por dois anos ininterruptos.
- (D) nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, independentemente de registro em repatrição brasileira, antes de atingida a maioridade.
- (E) nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

72. A doutrina predominante considera, quanto ao conteúdo, que Constituição material é

- (A) um instrumento que visa garantir as liberdades individuais e limitar o poder do Estado; nunca é escrita, sempre é baseada nos costumes e na oralidade.
- (B) o conjunto de normas, escritas ou não escritas, que regulam a estrutura do Estado, a organização do poder e os direitos e garantias fundamentais, essencialmente constitucional.
- (C) o conjunto de normas escritas reunidas num documento solenemente elaborado pelo poder constituinte, que digam ou não respeito às matérias tipicamente constitucionais.
- (D) a elaborada por representantes do povo, os que formam o poder constituinte, e que faz com que o Estado passe a ser um Estado social, intervencionista.
- (E) aquela cujas normas não estão fixadas num único texto, mas estão espalhadas pelas jurisprudências e pelos costumes da nação.

73. De acordo com a Constituição Federal, podem propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade, entre outros:

- (A) o Presidente da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (B) a Mesa do Senado Federal, o Vice-Presidente da República e o Ministro da Justiça.
- (C) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Ministro da Justiça e o Ministro de Estado da Defesa.
- (D) o Procurador-Geral da República, o Presidente da Câmara dos Deputados e os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
- (E) o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Presidente do Senado Federal e os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.

74. Nos termos da Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, e, ainda, os
- (A) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em sessão conjunta do Congresso Nacional, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - (B) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - (C) tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 - (D) direitos e as garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
 - (E) direitos e as garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados e dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil venha a tomar parte.
75. Nos termos da Constituição Federal, a respeito da tutela constitucional das liberdades, é correto afirmar que
- (A) são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
 - (B) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, exceto de entidade da qual o Estado participe, devendo o autor, nesse caso, arcar com as custas judiciais e com o ônus da sucumbência.
 - (C) será concedido *habeas corpus* para proteger direito líquido e certo, não amparado mandado de segurança ou *habeas data*, quando o responsável por ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
 - (D) será concedido mandado de segurança coletivo sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - (E) será concedido mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
76. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta
- (A) formulada por três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
 - (B) de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (C) a ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (D) formulada por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
 - (E) a ser discutida e votada por um terço dos membros das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se pela maioria relativa total de seus membros.
77. A Constituição Federal, no artigo 145, aponta os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria como tributos que compõem o Sistema Tributário Nacional. Assim, é correto afirmar que
- (A) o imposto é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador o exercício do poder de polícia.
 - (B) o imposto é uma prestação pecuniária que incide sobre fatos descritos em lei só pela atuação do contribuinte.
 - (C) a taxa tem por fato gerador a valorização de imóveis do contribuinte em decorrência da execução de obras públicas.
 - (D) a taxa é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica.
 - (E) a contribuição de melhoria pressupõe a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
78. É correto afirmar, nos termos do estabelecido pela Constituição Federal, que o Sistema Financeiro Nacional
- (A) será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.
 - (B) não abrange as cooperativas de crédito e delega a gerência dos títulos de capitalização.
 - (C) é estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país, a servir aos interesses da União e dos entes federados que a compõem.
 - (D) proporciona tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, independentemente do país onde estiver sua sede e administração.
 - (E) assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, mediante autorização prévia dos órgãos públicos competentes.

79. A Constituição Federal, ao tratar das limitações do poder de tributar, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem

- (A) instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (B) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (C) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- (D) cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (E) divulgar, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos, entre outros.

80. A Constituição Federal, ao tratar “Da Administração Pública”, estabelece no § 1º do art. 37, a proibição de promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos por meio de símbolos ou imagens na publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos. Nos termos da doutrina majoritária, essa é uma consequência direta do princípio constitucional da

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) impessoalidade.
- (E) presunção de legitimidade.

